

ENTRE FIOS E DESAFIOS: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ACESSIBILIDADE CULTURAL (CEAC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PONTO DE ENCONTRO E FORMAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO QUE ATUAM PELA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UFRJ

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos¹
Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro²
Rita de Cássia Oliveira Gomes³
Rose Lane Loureiro Gadelha de Azedias⁴
Vilma Frazão de Melo⁵

Resumo

A presente vivência em gestão apresenta um ponto de encontro entre cinco técnicas administrativas em educação: o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC), do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aborda-se a importância da qualificação em acessibilidade cultural ofertada institucionalmente, em nível de Especialização. O curso possibilitou o encontro das servidoras, que se mobilizam para realizar ações de acessibilidade à comunidade acadêmica da UFRJ. A busca pela qualificação não se deve à questão financeira, pois quatro delas já possuíam o incentivo à qualificação relacionado à Especialização. O ingresso no curso sucedeu a intenção de cada uma aprimorar seus conhecimentos sobre acessibilidade e valorizar o processo de transmissão da cultura socialmente acumulada, suas manifestações, vivências e multiplicidades.

Introdução

A história dos 100 anos da UFRJ é marcada por lutas e conquistas diárias de seu corpo social. Da sua criação em 1920 até os dias de hoje, muito se pode dizer sobre a autonomia universitária, seu quadro de pessoal, expansão das matrículas, acesso,

¹ Técnica em Assuntos Educacionais - Diretoria Adjunta de Extensão - UFRJ

² Museóloga / Especialista em Acessibilidade Cultural - UFRJ Mestre em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST. Doutora em Ciências (Geologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

³ Diretora da Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Assuntos Comunitários da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SUPEREST/UFRJ)- Doutora em Serviço Social (UERJ - 2010). Mestre em Educação (UFF - 2004). Mestre em Psicologia Clínica (PUC/RJ - 2000).

⁴ Responsável pelo Setor de Acessibilidade da Faculdade de Letras da UFRJ - graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (2008).

⁵ - Técnico-Administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro

permanência e concluintes qualificados em seus cursos. Da hierarquização do conhecimento e do poder até a democratização do saber para segmentos menos favorecidos, muitos obstáculos foram, são e ainda serão transpostos.

Durante os anos sombrios da Ditadura Militar no Brasil, alguns personagens pagaram com a própria vida por lutarem por ideais democráticos e libertários na sociedade. Na universidade não foi diferente. Vidas foram ceifadas. Porém, suas vozes não foram caladas e ecoam até os dias atuais. Um exemplo a ser citado é o do estudante Mário Prata, que deu nome ao DCE da UFRJ.

A Constituição Federal de 1988 trouxe grandes avanços para a universidade. Um deles foi a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo que outros setores da sociedade pudessem participar de uma forma mais interativa com o conhecimento acadêmico trazendo reflexões que antes não faziam parte da academia. Nesse mesmo período aconteceram os concursos públicos de provas e títulos aumentando a qualificação da força de trabalho, institucionalizando o regime de dedicação exclusiva e a valorização da titulação (UFRJ, 2018).

Na década de 1990, com o governo neoliberal latente no Brasil, muitas foram as lutas contra a privatização, a cobrança de mensalidade nas universidades e a instituição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) para os servidores. Em uma conjuntura de escassos concursos públicos e enorme restrição orçamentária, a universidade pública resistiu a esse momento através de ações coletivas de sua comunidade acadêmica. Já em meados dos anos 2000, durante a abertura política, tivemos o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades (Reuni).

A expansão de cursos e concursos possibilitou um virtuoso surgimento das universidades federais brasileiras, ampliando o número de 44 para 63 universidades. Por meio de cotas, da ampliação das vagas e do Sisu, as universidades públicas mudaram muito rapidamente o perfil social de seus estudantes. O maior aporte de recursos de custeio e de investimentos garantiu melhores condições para os novos programas, cursos e campi. As universidades viveram anos de melhorias e de renovação especialmente importantes no que diz respeito a ampliação de concursos para servidores docentes e técnico-administrativos (UFRJ, 2018, p. 23).

Uma mudança fundamental na UFRJ foi realizada através da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), com a implementação de ações afirmativas, possibilitando a inserção de grupos sociais excluídos, como, por exemplo, as pessoas com deficiência, último segmento a ingressar

por esta modalidade. O ingresso das pessoas com deficiência levou o corpo de servidores da UFRJ a buscar capacitações e qualificações na área da acessibilidade a fim de desenvolver competências que habilitassem a ampliação de oportunidades de acesso, permanência e a conclusão com qualidade e socialmente referenciada desses estudantes na universidade.

Em 2010 foi criado o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC), vinculado ao Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ, com intuito de capacitar, formar profissionais e ampliar as ações existentes nos ambientes culturais, contribuindo na construção de um campo complexo e interdisciplinar. O CEAC foi realizado em parceria da UFRJ com o antigo Ministério da Cultura. Até o momento da publicação deste trabalho, teve três turmas (2013, 2015 e 2018). Participaram da seleção do curso os mais diversos profissionais da área da cultura e da acessibilidade, procedentes de diferentes regiões do país. Porém, um dos objetivos do curso era capacitar o próprio corpo institucional da UFRJ (técnicos e docentes), visando contribuir para a consolidação de uma política de acessibilidade cultural para pessoas com deficiência na instituição. Nesse sentido, nas três edições do curso foram oferecidas 15 (quinze) vagas institucionais, as quais as autoras puderam se candidatar, uma em 2013 e as outras quatro em 2018 (Dorneles, Carvalho & Castro, 2017).

O Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural atuou como um *locus* gerador de ideias que possibilitou romper com o fosso geracional entre antigos e novos servidores da instituição, no sentido citado por Mauro (2017) em função do modo como foi desenvolvido o trabalho nas turmas. Neste espaço, não há discriminação entre o fazer do antigo e do novo servidor. Lá está presente uma identidade, um reconhecimento do fazer dos técnicos, como co-construtores da universidade, respeitando a diversidade e a singularidade de cada um. A participação é desejada e estimulada. O que traduz um bom índice de avaliação da qualidade do mesmo. Ou como destaca Demo (apud Martins & Ribeiro, 2018) quando se avalia a qualidade da educação superior, há de se observar a influência direta da participação dos atores institucionais que compõem a comunidade acadêmica na sua construção cotidiana. Autores como Fullan (apud Santos, 2003) apontam a correlação inversa existente entre uma gestão institucional centralizada, participação e flexibilidade, arriscando a provocar exclusões, posto que falar em inclusão é falar em participação de todos.

Os técnicos-administrativos em educação fazem parte da comunidade universitária. Sua atuação é permanente e se expressa em práticas sociais diversificadas. Em qualquer espaço em que atuem, são capazes de dar contribuições. Relações de poder construídas historicamente dentro das universidades tentam invisibilizar o trabalho que realizam e a importância do fazer técnico. Mas se todos são responsabilizados pelos problemas ocorridos no interior da instituição, também devem ser quanto a contribuição de soluções. Os desafios a superar são imensos e o combate a práticas discriminatórias e colidentes são cotidianos.

Há interesses políticos, não naturais, em produzir uma “norma” que legitima certas profissões como melhores e outras como inferiores. Seguindo essa lógica excludente, preconceituosa e seletiva, os docentes seriam os servidores autorizados a pensar, decidir e administrar a universidade enquanto os técnicos-administrativos estariam aptos a executar afazeres sem nenhum poder político ou importância no contexto da organização. Como destaca Foucault (2001, p.62):

(...) a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado (...).

Os fios que nos unem

Esta vivência em gestão envolveu profissionais da Museologia, da Educação e da Assistência Estudantil, que atuam como técnicas administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os relatos abarcam um breve histórico de suas atuações e o motivo que as levou a fazer o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. Nesta trajetória das cinco técnicas administrativas em educação, duas ingressaram na instituição no século XX (1987 e 1988) e três no século XXI (2005, 2010 e 2011). Duas gerações se encontraram e traçaram uma caminhada na política de acessibilidade da instituição.

O primeiro relato é da servidora Vilma Frazão de Melo. Lotada no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF), no Laboratório de Glicobiologia, do Centro de Ciências da Saúde, atua como responsável pela parte administrativa e de prestação de

contas de projetos nacionais e internacionais do setor. Ela ingressou na UFRJ em 1987 e durante 20 anos foi secretária na Divisão de Programas e Bolsas e Coordenadora Administrativa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Pró-Reitoria de Pesquisa (PR-2). Graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2012. E, embora não tivesse contato direto com nenhum servidor ou estudante com deficiência durante todos esses anos de instituição e, nas diversas atividades que desenvolveu, se interessou pela área de Acessibilidade e atuou na implementação da Diretoria de Acessibilidade (Dirac) do Gabinete da Reitoria da UFRJ, em 2018. Neste mesmo ano, ingressou no Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural.

Seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Cartilha Acessível: Proposta de Informativo à Recepcionistas de Pessoas com Deficiência em Ambientes Culturais”, teve como finalidade orientar recepcionistas de espaços culturais, bem como promover práticas inclusivas nesses ambientes, através de compilação de dados importantes para estabelecer uma interação acolhedora entre o espaço cultural e o público, com maior aproveitamento das exposições por parte da pessoa com deficiência (Melo, 2019).

O objetivo que a levou a fazer essa especialização foi colaborar de forma efetiva e capacitada no atendimento a pessoas com deficiência, agindo proativamente diante das diferentes necessidades nos diversos setores carentes de acessibilidade e difusão dos conhecimentos junto à comunidade universitária. E para aquisição do incentivo qualificação estabelecido no Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos.

O segundo relato é da Técnica Administrativa Rose Lane Loureiro Gadelha de Azedias que ingressou em 1988 na UFRJ, aos 21 anos, para trabalhar como Técnica em Eletrotécnica. Formada pelo CEFET no Ensino Médio e no Projeto Maré, para ser tutora e formar Auxiliares Técnicos, na época em nível de primeiro grau, hoje atua no Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Faculdade de Letras, do Centro de Letras e Artes, orientando bolsistas Facilitadores de Aprendizagem que acompanham estudantes com deficiência na graduação. Atua também oferecendo suporte aos professores em recursos, na criação e orientação de estratégias e metodologias adaptáveis a funcionalidade dos estudantes.

É importante ressaltar que com o diagnóstico de seu filho com Síndrome de Asperger e Dislexia, a servidora realizou uma avaliação médica sobre si, sendo

diagnosticada também disléxica. Entender sua própria funcionalidade de aprendiz, fez toda a diferença, não só para buscar mais formação, como atuar e posicionar-se dentro da Universidade.

Ela se formou em Pedagogia, se especializou em Saúde Mental Infanto Juvenil, em Psicopedagogia, em Neurociência em Aprendizado, em Neuropsicopedagogia, em Psicomotricidade, em Acessibilidade Cultural e está terminando o Mestrado em Tecnologia Social pela UFRJ. Durante esse tempo atuou na extensão universitária, como capacitadora na área de Acessibilidade no Projeto Maré, no Projeto de Inclusão Digital (9 turmas), no Curso Dislexia, no Curso O Espectro Autista, TDAH, no ExercitaMente (3 turmas), Transtornos e Distúrbios, Direitos Humanos (4 turmas), Acessibilidade e Funcionalidade do Aprendizado (2 turmas), no Curso Pesquisa Científica – Preparatório para Pós-Graduação e ainda participando como representante da Faculdade de Letras na Câmara de Assuntos Acadêmicos do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva.

A busca pelo Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural por esta servidora decorreu da possibilidade de aquisição de novos conhecimentos, acrescentando conceitos teóricos e práticos relacionados a questões sobre acessibilidade cultural. Com o tema “Estratégias de Linguagem Simplificada para Acessibilidade Cultural”, seu trabalho monográfico abordou a transcrição dos textos introdutórios do Museu da Geodiversidade em linguagem simples, recurso utilizado para facilitar a leitura de pessoas com deficiência intelectual (Azédias, 2019). A forte parceria do grupo, encorajou esta servidora, a defender um tema desafiador: reconhecer que pessoas disléxicas precisam de Acessibilidade Cultural.

O terceiro relato é da Técnica em Assuntos Educacionais e Assessora de Inclusão e Acessibilidade da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), Rita de Cássia Oliveira Gomes. Seu ingresso, na UFRJ, ocorreu em 2005. Iniciou suas atividades na Pró-Reitoria de Graduação (PR-1) onde recebeu como atribuição a responsabilidade com a questão do acesso e permanência de estudantes com deficiência. Ela já possuía conhecimentos prévios sobre o assunto advindos da graduação em Psicologia, de cursos breves, especializações e da experiência profissional atuando em instituições privadas. Ao longo desses quinze anos de instituição, viu-se diante de inúmeros desafios para atender as especificidades desses novos estudantes. O ingresso na Superintendência Geral de Assuntos Estudantis (SuperEst), onde atuou como Diretora da Divisão de Inclusão,

Acessibilidade e Assuntos Comunitárias de 2011 a 2018, a auxiliou na construção de propostas que permitiram tornar a UFRJ uma instituição mais inclusiva e acessível, viabilizando o acesso e garantindo a permanência aos seus espaços físicos, ao ensino e a produção do conhecimento de vários estudantes. Esse objetivo se realizava através de parcerias com outros atores institucionais ou externos à UFRJ que desenvolviam ações análogas.

Em 2018, assumiu como 2ª presidente do Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva (FPAI), espaço de acolhimento de discentes e servidores docentes e técnicos administrativos em educação no que tange a condições de acessibilidade e inclusão na UFRJ, passando a integrar as três câmaras. No Fórum também atuam as demais servidoras. No mesmo ano, assumiu a função de Assessora da PR7, passando a participar mais ativamente do diálogo institucional sobre Acessibilidade e Inclusão e auxiliar no planejamento, desenvolvimento e execução de ações em acessibilidade e inclusão, batalhando pela equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência de acordo com as determinações legais e normas técnicas em vigor e incorporando as dimensões de classe, gênero, étnico-racial, geracional, livre orientação sexual, identidade de gênero, regional, de comunidades tradicionais, em situação de prisão e demais grupos historicamente discriminados.

Ao tomar conhecimento da abertura da nova turma do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural oferecido pelo Curso de Terapia Ocupacional em 2018, vislumbrou a oportunidade de inovar e reinventar o modo como estava conduzindo seu fazer, ampliando-o para a área da cultura, conhecendo outras iniciativas, novas referências, ideias, experiências e, melhorando a qualidade do serviço que prestava. Uma das lacunas formativas que apresentava era exatamente as relacionadas aos equipamentos culturais. Seu estudo final abordou as bibliotecas universitárias acessíveis e inclusivas, projeto que aguardava o momento certo para uma maior dedicação (Gomes, 2019).

A experiência na Especialização superou muito suas expectativas. Para esta servidora, além de acessar a uma série de conhecimentos e informações novas, que qualificaram ainda mais as atividades que desenvolve, desde o início houve por parte do grupo de estudantes uma predisposição à colaboração expressa através do compartilhar de dicas, ferramentas e troca de soluções de alta e baixa tecnologia que contribuíssem

para uma maior acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Foi criada uma rede interativa e colaborativa de pessoas conectadas pelos mesmos interesses.

O quarto relato é da Museóloga do Museu da Geodiversidade do Instituto de Geociências, Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, servidora da UFRJ desde 2010. Além de atuar na elaboração e execução de projetos de fomento e na concepção e desenvolvimento de exposições museológicas, começou a trabalhar pela acessibilidade e inclusão nas exposições do museu ao constatar que o circuito expositivo ainda não era acessível para todos. Essa foi a oportunidade de solicitar o apoio da Pró-Reitoria de Extensão ao submeter, no final de 2012, o projeto: Um museu para todos: adaptação da Exposição Memórias da Terra do Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ) para a inclusão da Pessoa com Deficiência.

No ano seguinte cursou o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC/UFRJ), numa das vagas destinada aos servidores da universidade. Esse curso foi essencial para o compartilhamento teórico e prático sobre o tema, para o estabelecimento de contatos e parcerias dentro e fora da universidade e para a produção de conhecimento sobre acessibilidade, aplicada ao local de trabalho da servidora, através da escrita do trabalho de conclusão de curso intitulado “Caminhando em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição "Memórias da Terra" (Museu da Geodiversidade - IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias”. Neste trabalho buscou-se diagnosticar os problemas de acessibilidade existentes na exposição de longa duração do Museu da Geodiversidade, com o intuito de mapear as intervenções necessárias e contribuir para a redução das barreiras existentes naquele ambiente (Castro, 2014).

O envolvimento com o curso proporcionou desdobramentos e a segunda turma deste curso teve como museu-escola - como se chama o local escolhido para que os alunos pensem em soluções, na prática, para as disciplinas da especialização - foi o Museu da Geodiversidade. Com isso, todo o material produzido pelos estudantes foi doado para o museu para ser usado na recepção do público. Também foi objeto de reflexões consolidadas em 4 trabalhos de conclusão de curso (TCC) realizados por estudantes da turma que escolheram o Museu da Geodiversidade como tema. Na terceira turma do CEAC, a servidora foi convidada a atuar como docente das disciplinas Exposição

Acessível I e II e também colaborou com o contato e organização do museu-escola desta edição, além da orientação de TCCs.

Através desta pequena trajetória é possível perceber o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão contribuindo, ainda que pontualmente, por uma universidade mais acessível e inclusiva. O projeto de extensão e a participação como discente, pesquisadora e docente na pós-graduação modificaram o rumo da carreira da servidora que passou a atuar com o tema da acessibilidade e destina boa parte da sua carga horária de trabalho para essa temática. Como desdobramento dessas duas ações, a servidora passou a fazer parte da Comissão de Acessibilidade do Instituto de Geociências (IGEO), atua como representante do Centro de Ciências Matemática e da Natureza no Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva, coordena a Câmara de Acessibilidade em Museus do Sistema de Museus, Acervos e Patrimônio da UFRJ, está docente no Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural e docente colaboradora na disciplina Acessibilidade Cultural oferecida pela Departamento de Terapia Ocupacional (Faculdade de Medicina/UFRJ). Além disso, o Museu da Geodiversidade, embora seja um museu de pequeno porte, após a continuidade do trabalho envolvendo toda a equipe, passou a se destacar entre os museus universitários como uma referência de aplicabilidade de ações acessíveis e inclusivas.

O quinto relato é da Técnica em Assuntos Educacionais lotada no Instituto de Geociências, do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza desde 2011, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos. Já atuando na extensão universitária muito antes do seu ingresso na UFRJ, quando em sua Graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro fora bolsista de extensão do Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense (PINBA), seu interesse pela área de acessibilidade deu-se devido ao convite da museóloga do MGeo em dividir a coordenação do projeto de acessibilidade.

Em 2015 coordenou o Curso de Extensão Aprendendo a Lidar com a Diversidade em parceria com o Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ, voltado para profissionais da educação e da cultura de diferentes órgãos e instâncias, com o objetivo de capacitá-los em acessibilidade atitudinal para recepção e atendimento de pessoas com deficiências nos espaços culturais. Esse curso foi adaptado como oficina de sensibilização e realizado na Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (SIAC), no Encontro Nacional de Acessibilidade da UFRJ (ENAC), no Encontro Nacional da Associação Brasileira de

Centros e Museus de Ciência (ABCMC), e em capacitações de funcionários terceirizados, estudantes e servidores da UFRJ.

Vendo a necessidade em se capacitar na área, participou do processo seletivo e houve a oportunidade de participar da terceira turma da especialização em Acessibilidade Cultural. Apresentou a monografia intitulada “Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ)” que teve como objeto de estudo a acessibilidade de crianças e jovens com deficiência intelectual no Museu da Geodiversidade (dos Santos, 2019). Em 2019 assumiu a função de Diretora Adjunta de Extensão do IGEO. Durante esses anos, participou das plenárias do FPAI como representante do IGEO e instituiu a Comissão de Acessibilidade do Instituto, onde exerce atualmente a função de presidente. Participou da Comissão Organizadora dos dois Encontros de Sensibilização UFRJ pela Acessibilidade (ESUA), através da Câmara de Formação Acadêmica do FPAI, a Câmara 2.

No ano de 2020 ingressou na turma do Mestrado Profissional do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento de Tecnologia Social (UFRJ) com o objetivo de aprofundar o estudo na área da acessibilidade no Museu e contribuir com ações de inclusão para o público com deficiência, além de difundir os questionamentos e inquietações com outras unidades da UFRJ.

Organizando os fios em laços para uma nova urdidura

Nos últimos anos a Universidade Federal do Rio de Janeiro vem se deparando com inúmeros desafios no campo da acessibilidade, como o de acolher e acompanhar seus estudantes com deficiência, num processo de oferecer qualidade na formação acadêmica desses estudantes, na diminuição da evasão e até no acompanhamento de egressos. Além de oferecer ambiente adequado aos seus servidores com deficiência.

Nesta vivência institucional observa-se a luta das pessoas com deficiência, servidores e estudantes, em terem seus direitos garantidos, através de relatos em reuniões, plenárias e atuação direta com eles. A pauta da acessibilidade não pode nem deve ser apenas dos militantes desta causa, mas sim de todos que compõe a comunidade UFRJ. Preocupados com isso, os membros da Reitoria criaram em 2018 a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC).

A participação e a conclusão do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural trouxeram bons frutos para as carreiras das cinco técnicas administrativas em educação e contribuíram para uma atuação mais qualificada das mesmas em seus setores de trabalho na universidade.

O relato aqui exposto apresenta também a vivência subjetiva de uma servidora com dislexia que sempre se colocou disposta a contribuir para que todos possam ter oportunidades de aprendizagem de acordo com sua funcionalidade. Bem como, o fortalecimento da atuação coletiva das servidoras nas plenárias do Fórum UFRJ Acessível e Inclusiva onde também se encontram servidores e funcionários com deficiência além de estudantes.

A parceria entre o Museu da Geodiversidade e o Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ, levou uma egressa da primeira turma ser docente na terceira edição do curso, ministrando as disciplinas Exposição Acessível I e II.

Em um trabalho colaborativo junto à DIRAC, as servidoras realizam o assessoramento de estudantes com deficiência, na PR-7, no Instituto de Geociências, na Faculdade de Letras e no Instituto de Biofísica. Além de oferecer consultoria a docentes que tenham estudantes com deficiência matriculados em sua disciplina.

Também há a participação como mediadoras em cursos e oficinas de acessibilidade, organização e apresentação de trabalhos em eventos internos e externos à UFRJ, nacional e internacional, fortalecendo e ampliando a rede de acessibilidade. E a produção de materiais para a acessibilidade e artigos.

Uma servidora ingressou no Mestrado Profissional do NIDES em 2020 e se propõe a pesquisar a acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual e analisar o uso de tecnologia assistiva no espaço do Museu da Geodiversidade.

Ao longo desse processo, destaca-se que a Universidade ao investir na formação de seus servidores através de ações afirmativas em Cursos de Especialização e demais cursos que ampliem a capacitação e qualificação gera melhoria na carreira de seus técnicos, ao mesmo tempo que joga importante papel na democratização do conhecimento. Ações como essas, mexem com ideias pré-concebidas e cristalizadas e servem para transformar a Universidade.

Este grupo se formou buscando melhores condições de realizar seu trabalho, mas também se engajou na defesa aos direitos humanos, dentre os quais os da Educação e

Acessibilidade. A militância em prol da Acessibilidade fez com que se encontrassem ou reencontrassem. A oportunidade de participar do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural possibilitou transformar visões, aprofundar conhecimentos, acrescentar questionamentos sobre tecnologia assistiva e pesquisar áreas distintas (aplicativos desenvolvidos para disléxicos para a vida adulta, deficiência intelectual, bibliotecas e museus e capacitação para o acolhimento de pessoas com deficiência).

Possibilitar o aumento da qualificação profissional fortalece o segmento dos técnicos, legitima a sua voz ao mesmo tempo que gera a transformação social. Faz parte da defesa da acessibilidade atitudinal pois só quebrando barreiras atitudinais se consegue mexer com as cabeças e pensar em outras formas de acessibilidade (arquitetônica, metodológica, programática, comunicacional, digital).

Uma educação estática não transforma. Uma formação crítica e uma educação libertadora possibilitam formar profissionais melhores, capazes de construir amizades baseadas no respeito, em ideais, em desejos que se almeja. O (re)encontrar e conhecer estas servidoras possibilitou a criação de um grupo fixo para a realização de trabalhos das disciplinas, mas também de laços afetivos que permanecem até os dias atuais. Com estas servidoras foi estabelecido interações periódicas, o compartilhamento de paixões e preocupações, a construção de um espaço de confiança, de escuta, de fala, onde uma apoia a outra num movimento de solidariedade feminina e partilha emocional enriquecida e enriquecedora.

Alguns considerandos ...

Nesse centenário da UFRJ o mundo vivencia tempos difíceis. O distanciamento físico, preconizado como medida preventiva à pandemia da Sars-Cov-2, é capaz de defender do contágio por um vírus ainda pouco conhecido, mas gera consequências. A grande maioria das pessoas preocupa-se em como enfrentar o Covid-19, garantir a sobrevivência e tentar permanecer sã. A UFRJ tem assumido papel de protagonista neste momento, garantindo seu padrão de qualidade e excelência científica.

No cenário nacional há grande retrocesso e dificuldades para os servidores públicos imputados como um fardo para a sociedade pelo governo federal. É preciso reforçar a organização, a identidade, o trabalho, a dedicação dos servidores públicos,

conhecer suas trajetórias e ressaltar a relevância e importância do fazer dos técnicos-administrativos em educação para a Universidade. Eles não são tarefeiros de última hora. São plenamente capazes de refletir e propor alternativas à Universidade.

Através do relato desta vivência é possível perceber que o objetivo do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural foi atingido ao formar servidores que continuaram atuando para tornar a universidade mais acessível e inclusiva, nos mais diversos setores da UFRJ. Inclusão é mais que um termo. Inclusão é processo que não se limita a um aspecto da vida (cor da pele, gênero, idade, religião, profissão, possuir ou não uma deficiência ou qualquer outra diversidade). Inclusão que é entendida em um sentido amplo, como direito de participar e lutar contra processos excludentes, discriminatórios, estejam eles onde estiverem.

Cabe ressaltar que as servidoras seguem trabalhando por uma UFRJ mais acessível, inclusiva e diversa, ampliaram suas redes de relacionamento profissional mantendo contato com os outros estudantes do Curso de Especialização via redes sociais, para a promoção de ações de inclusão e difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade no atendimento das pessoas com deficiência.

Uma característica marcante no grupo tem sido a imediata identificação dos desafios que estudantes com deficiência têm ao ingressar na Comunidade Acadêmica e a busca por soluções/propostas imediatas e cabíveis no quadro orçamentário tão complexo que é o das Universidades na atual conjuntura. O grupo é uma das evidências de que o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural é de grande importância para a promoção de ações de inclusão e difusão de conhecimento para a melhoria na qualidade no atendimento das pessoas com deficiência na UFRJ.

Por fim, reforça-se que a qualificação das servidoras tomou uma proporção além da esperada. Elas continuam a se relacionar para além da relação colaborativa de trabalho. Criaram-se laços afetivos e realizaram vários encontros após o término do curso. Inclusive remotamente, tendo em vista a atual situação de pandemia. O grupo continua trocando experiências tanto de trabalho quanto de suas vidas como um todo, o que sabemos ser benéfico até mesmo para a saúde do trabalhador/servidor.

Referências

AZEDIAS, R. L. L. G. de. **Estratégias de Linguagem Simplificada para Acessibilidade Cultural**. Monografia de Especialização. Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

CASTRO, A. R. S. F de. **Caminhando em direção ao museu inclusivo: diagnóstico de acessibilidade da exposição “Memórias da Terra” (Museu da Geodiversidade – IGEO/UFRJ) com o mapeamento das intervenções necessárias**. Monografia de conclusão de curso. Especialização em Acessibilidade Cultural da UFRJ. 2014.

DORNELES, P. S.; CARVALHO, C. R.; CASTRO, A. R. S. F. O curso de pós-graduação em acessibilidade cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas ações de ensino, pesquisa e extensão. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 26, n. 50, p. 105-117, set./dez. 2017.

FOUCAULT, M. Aula de 15 de janeiro de 1975. In: Foucault, M. **Os anormais**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2001.

GOMES, R. C. O. **Bibliotecas Universitárias Acessíveis e Inclusivas: Garantia de participação de todas as pessoas, independente de terem ou não deficiência**. Monografia de Especialização. Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, J. C. A & RIBEIRO, J. L. L. S. A participação dos servidores técnico-administrativos na avaliação institucional: o que dizem os relatórios autoavaliação institucional. In **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 509-530, out. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000200509&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 21/09/2020.

MAURO, F. A falta que uma política de gestão de pessoas faz. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 1, v. 1, n. 1, nov. 2016-maio, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/9625/7711>. Acesso em 28/09/2020.

MELO, V. F. de. **Cartilha Acessível: Proposta de Informativo à Recepcionistas de Pessoas com Deficiência em Ambientes Culturais**. Monografia de Especialização. Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SANTOS, M. P. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF – N.º. 7**, pp. 78-91, maio de 2003.

SANTOS, D. D. S. O. **Estratégias para mediação de crianças e jovens com Deficiência Intelectual no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ)**. Monografia de Especialização. Curso de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

UFRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2023: informações institucionais: Reitoria/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro**, 2018. 230 p.: il.